

O léxico onomástico e a imigração: o que revelam os sobrenomes portugueses

Letícia Santos Rodrigues (USP)¹
(letisr@usp.br)

Resumo: A Antroponímia é, por definição, a subárea da Onomástica que se volta para o estudo dos nomes próprios de pessoas. Dentre esses nomes próprios, também conhecidos como “antropônimos”, estão os sobrenomes — elementos que, na tradição portuguesa, sucedem os prenomes e que, juntos, compõem o nome civil completo, reconhecido e obrigatório por lei. Neste trabalho, embasado pelos princípios teóricos da Linguística Cognitiva (BOOIJ, 2005; 2007; 2010; BYBEE, 2016), objetiva-se analisar os sobrenomes portugueses a partir da consideração do grande fluxo de imigrantes que chegaram ao Brasil desde 1808, com a abertura dos portos, atingindo seu auge em 1880, sendo os portugueses o segundo maior grupo de imigrantes no país, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O primeiro *corpus* desta pesquisa é constituído pelos registros dos imigrantes vinculados à Hospedaria de Imigrantes do Brás nos primeiros anos de sua atuação (entre 1887 e 1890), além de *corpora* posteriores aos anos 2000, como lista de aprovados em vestibulares, concursos públicos etc., todos em domínio público, a fim de entender como se constitui parte do quadro onomástico brasileiro. Portanto, a metodologia adotada envolve a análise dos *corpora*, o recolhimento dos dados, a investigação quanto aos seus campos conceituais e a elaboração do produto final: um dicionário dos sobrenomes portugueses em uso no Brasil, valendo-se de conceitos pertinentes à Lexicografia, à Etimologia, à Filologia e à Linguística Histórica.

Palavras-chave: Onomástica; Lexicografia; Imigração; Sobrenomes Portugueses.

Abstract: Anthroponymy is, by definition, the subarea of Onomastics that focuses to the study of the people's proper names. Among these proper names, also known as "anthroponyms", are surnames - elements that, in the Portuguese tradition, they follow the first names and together they constitute the complete civil name, recognized and required by law. In this work, based on the theoretical principles of Cognitive Linguistics (BOOIJ, 2005; 2007; 2010; BYBEE, 2016), the objective is to analyze Portuguese surnames from the consideration of the large flow of immigrants who arrived in Brazil since 1808, with the opening of the ports, reaching its peak in 1880, with the Portuguese being the second largest group of immigrants in the country, according to the Brazilian Institute of Geography and Statistics. The first corpus of this research consists of the records of immigrants linked to the Hospedaria de Imigrantes do Brás in the first years of its activity (between 1887 and 1890), in addition to corpora after the 2000s, such as a list of those approved in entrance exams, public tenders, etc., all in the public domain, in order to understand how it is part of the Brazilian onomastic framework. Therefore, the adopted methodology involves the analysis of the corpora, the collection of data, the investigation of their conceptual fields and the elaboration of the final product: a dictionary of Portuguese surnames in use in Brazil, making use of important concepts to Lexicography, Etymology, Philology and Historical Linguistics.

Keywords: Onomastics; Lexicography; Immigration; Portuguese Surnames.

¹Doutoranda em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo/SP (letisr@usp.br). Bolsista na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) por meio do Programa Regular de Bolsas no País, processo nº 2019/20331-8.



Introdução

A Onomástica é reconhecida enquanto a ciência linguística que se dedica ao estudo dos nomes próprios, “[...] quer se direcionem para as suas origens, quer para os seus processos de formação, quer para a sua organização no léxico das línguas e também no meio social” (RODRIGUES, 2016, p. 13). Quanto aos objetos de análise, a Onomástica pode trabalhar com itens de diversas naturezas, como nomes de lugares, personagens literários, santos, marcas comerciais etc. Neste trabalho, focaremos nos nomes de pessoas, mais especificamente nos sobrenomes, elementos que se inserem na vertente dos estudos onomásticos conhecida como Antroponímia.

A opção por trabalhar com os sobrenomes — os elementos que, na nossa tradição, sucedem o(s) prenome(s) e que, unido a este(s), compõem o ortônimo, ou seja, o nome civil completo, obrigatório por lei — partiu da consideração histórica referente ao período de grande fluxo imigratório observado desde a abertura dos portos, em 1808, e com mais intensidade no Brasil em 1850, tendo atingido seu ápice em 1880. Nesse período, os portugueses representaram, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o segundo maior grupo de imigrantes no país.

Tendo isso em vista, este trabalho parte de uma pesquisa maior² que tem como objetivo principal reunir os sobrenomes portugueses encontrados nos nossos *corpora*, a fim de engendrar um dicionário onomástico e etimológico dos sobrenomes portugueses em uso no Brasil, como meio de contribuição lexicográfica às produções em língua portuguesa e para melhor compreender como se constitui parte do quadro onomástico brasileiro. Para tanto, recorreremos a um embasamento teórico inserido em três ambientes distintos, mas complementares, que são: a) a Onomástica; b) a Etimologia; e c) o Léxico e a Lexicografia, seguindo os princípios da Linguística Cognitiva.

Metodologia

A metodologia adotada neste trabalho parte da análise de *corpora* referentes ao final do século XIX até os dias atuais, de modo a nos aproximarmos de uma quantidade suficiente de dados que seja capaz de retratar o cenário onomástico brasileiro atual. Antes de passarmos

²Salientamos que este artigo é um recorte da pesquisa de doutorado da autora deste artigo, intitulada “Caminhos da imigração: os sobrenomes que contam histórias”, que está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo.



à apresentação de tais *corpora*, desejamos abordar um pouco o período histórico referente ao período que precipita as nossas análises.

À época, era vantajoso para o país atrair imigrantes direcionados para o trabalho nas fazendas, principalmente após a proibição do tráfico de escravos nestas terras. Contudo, as dificuldades enfrentadas no campo, como as pesadas jornadas e a exploração dos fazendeiros, fizeram com que muitos desses imigrantes rumassem em direção às cidades, buscando uma melhor qualidade de vida. Assim, em 1887, foi inaugurada na cidade de São Paulo a Hospedaria de Imigrantes do Brás (reconhecida como a maior hospedaria de imigrantes do Brasil), com o objetivo de recebê-los e encaminhá-los para os postos de trabalho e, “Para isso, o prédio contava com a Agência Oficial de Colocação e Trabalho. Além de alojamento, disponibilizava farmácia, laboratório, hospital, correios, lavanderia, cozinha e setores de assistência médica e odontológica” (MUSEU DA IMIGRAÇÃO, 2020, s.p.). Ao chegar, era necessário fazer o registro da matrícula em livros. Essa documentação — relacionada ao Museu da Imigração — foi preservada e está, atualmente, disponível em plataforma digital, com livre acesso. As informações encontradas nas fichas de registro se referem ao nome, nacionalidade, ano de ingresso e até mesmo ao vapor de desembarque no Brasil.

Nesse ponto, os *corpora* analisados nesta pesquisa se referem: a) aos registros de matrícula preenchidos pelos imigrantes nos primeiros anos de sua atuação (entre 1887 e 1890); b) a materiais diversos, como lista de aprovados em concursos públicos, vestibulares etc., todos em domínio público e posteriores aos anos 2000. Após recolher e reunir todos os dados, passaremos à consulta dos dicionários onomásticos etimológicos de Nascentes (1952), Guérios (1981) e Machado (2003), reconhecidos enquanto as principais obras dessa natureza em língua portuguesa, ainda que outras, de rigor etimológico atestado, podem e deverão ser consultadas.

A *posteriori*, cada sobrenome será catalogado em fichas onomasiológicas, contendo os seguintes elementos: a) entrada; b) fontes bibliográficas — onde estarão as informações etimológicas encontradas nos dicionários de consulta já mencionados; c) dados linguísticos — considerando os campos semânticos referentes a cada sobrenome, possíveis variantes gráficas ou quaisquer notas linguísticas e/ou históricas às quais tivermos acesso; d) informações cadastrais — levando em conta a data de elaboração e revisão das fichas e outras observações importantes.

Por fim, todas as fichas serão reunidas e catalogadas a fim de integrarem nosso dicionário onomástico e etimológico dos sobrenomes portugueses em uso no Brasil,



fundamentado nos preceitos teóricos da Linguística Cognitiva e englobando, também, conceitos do Léxico e da Lexicografia, da Etimologia, da Filologia e da Linguística Histórica.

O Sistema Antroponímico E A Consagração Do Sobrenome

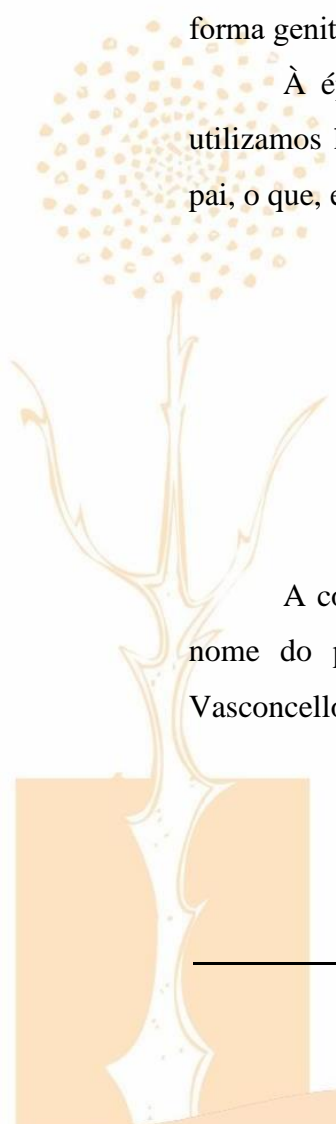
Antes do que veio a se estabelecer como o atual quadro onomástico português, apenas o prenome era suficiente para identificar e singularizar o indivíduo em sua comunidade. Contudo, com o aumento exponencial da população, foram exigidas formas mais complexas de denominação, capazes de resolver os casos de homonímia. Conforme explica Carvalhinhos (2007, p. 8), o sobrenome existe desde a Antiguidade com a função de “[...] relacionar, em narrações e documentos, um determinado indivíduo a seu pai”. Nesse sentido, figura o item onomástico chamado “patronímico” (do grego, *πατρωνυμικό*). Conforme Santos (2003, p. 230): “Se até ao século X, meados do século XI, a maioria dos indivíduos era, apenas, designada por um nome, o nome próprio, no século XII, é geral o triunfo da forma antroponímica composta por um nome de baptismo e um patronímico, o nome paterno, na forma genitiva”.

À época, o patronímico não se comportava como um sobrenome, ao modo como utilizamos hodiernamente. Na verdade, ele expressava uma relação entre o indivíduo e seu pai, o que, entre os nobres, significava também um símbolo de poder, pois

[...] só deste modo o indivíduo se apresentava perante a sociedade, munido de uma identificação completa: para lá do nome próprio, seu património inalienável, aquele outro que não lhe pertencia de forma gratuita e absoluta e que até mesmo podia alienar, mas que o protegia, enquadrando-o numa comunidade específica em que o pai era o primeiro e máximo referente. Dava-lhe, por assim dizer, a credibilidade a que, na Idade Média, alguém desenraizado não podia aspirar (GONÇALVES, 1999, p. 349).

A composição do patronímico, na tradição portuguesa, se dava por meio da união do nome do pai a um sufixo indicador do caso genitivo latino, como mostra Leite de Vasconcellos (1928, p. 101, grifos do autor):

A filiação exprimia-se: 1) ou por um genitivo em *-i*, que era comum a outras relações, e bem assim em *-e* (e *-ae*), *-is*, *-onis* (e *-oni*), *-anis* (e *-ani*); (2) ou por um genitivo com sufixo próprio, isto é, em *-az*, *-oz*, *-uz*, e em *-iz* (tornado depois, *-ez*, *-es*, etc.), ainda que nem todos com igual frequência. Aos nomes formados d’este modo, e agregados aos nomes de batismo, como significativos de estirpe paterna, costumam os gramáticos chamar patronímicos. Chamam especialmente assim aos que têm sufixos próprios.





Porém, a combinação de prenome e patronímico, apenas, também se mostrou insuficiente e foram necessários outros itens que desempenhassem tal função onomástica. Por esse motivo, eventualmente passou a ser adotada uma terceira designação, que costumava partir de um topônimo ou de um apelido (ou alcunha, como se diz em Portugal), mas devido à escassez de estudos dessa natureza, “Conhece-se pouco sobre como é que estes elementos evoluíram para apelidos” (MONTEIRO, 2008, p. 53). O que se sabe é que, “[...] a partir do século XVI se começou lentamente a adotar o sistema de um nome próprio e um nome de família fixo que foi se mantendo ao longo das gerações” (SACERDOTE, 2012, p. 33).

Os campos semânticos acionados para a escolha dessa nova designação se alargaram e passaram a apresentar relação também com outras experiências desses povos, perpassando fatos históricos ou políticos, profissões (ou seus instrumentos de trabalho), locativos (local de residência ou de nascimento), aspectos da vegetação (como nomes de árvores, acidentes geográficos etc.), qualidades físicas ou morais, animais etc.

As formas de transmissão desse item onomástico não se deram de maneira regular e é apenas no Código de Registro Civil de 1928 que Portugal propõe regras legalmente estabelecidas. Antes disso, não havia observação — ou controle — quanto à quantidade de sobrenomes que um indivíduo poderia ter nem mesmo um ordenamento quanto ao sobrenome herdado do pai ou da mãe, sendo possível, inclusive, escolher livremente entre os sobrenomes dos avós, de outros parentes (como padrinhos e madrinhas) e até mesmo ao acaso (MONTEIRO, 2008).

Um exemplo interessante é apresentado por Carvalhinhos (2007) quanto ao sobrenome Denis/Dinis, verificado em Nisa, uma vila portuguesa, atribuído a muitas pessoas por ter sido D. Dinis o fundador dessa região, como forma de homenagem. Esse exemplo revela também que a atribuição de um sobrenome, por vezes, não segue necessariamente uma relação com os pais ou com o nome de família. Nesse sentido, Leite de Vasconcellos, em sua obra *Antroponímia portuguesa*, publicada também em 1928, diz que “Actualmente ha muita liberdade na escolha do apelido: cada pessoa toma, por assim dizer, o apelido que lhe parece, de que gosta, ou que lhe convém” (VASCONCELLOS, 1928, p. 327).

Ao modo como entendemos atualmente os sobrenomes, ou nomes de família, vemos que esse item “[...] se transmite ao longo de uma linha de descendência e tem a função de distinguir um indivíduo especificando a filiação a uma comunidade menor (família, ou grupo familiar, clã etc.) na qual se articula a coletividade” (MARCATO, 2009, p. 63, tradução



nossa³). Ainda, segundo Rezende (2015, p. 592), “Os sobrenomes classificam as pessoas em termos de pertencimento a redes de parentesco específicas, que são por sua vez socialmente localizadas. Assim, eles frequentemente indicam posições de classe, identidades religiosa, étnica ou identidade nacional”.

De posse de tais informações, passaremos, a seguir, ao estudo da Etimologia a fim de delinear a relação estabelecida com a Onomástica para os fins desta pesquisa e de demonstrarmos os contributos fornecidos na elaboração do dicionário de cunho onomástico e etimológico.

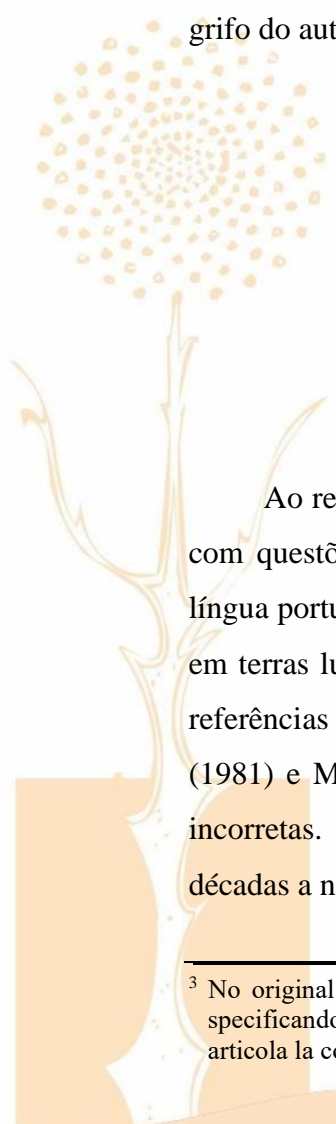
O Contributo Etimológico

Enquanto uma das bases de desenvolvimento desta pesquisa, a Etimologia se caracteriza como a ciência que analisa “[...] o percurso entre o étimo ou a origem e a palavra investigada” (VIARO, 2014, p. 106), com o étimo sendo “[...] *a forma equivalente da mesma palavra, imediatamente anterior numa sincronia pretérita qualquer*” (VIARO, 2014, p. 99, grifo do autor). Nesse sentido, segundo Coelho (2016, p. 22):

[...] o papel do etimólogo é fundamental para que se consiga resgatar a história da língua. No entanto, [...] torna-se proveitoso o rigor científico, tanto na elaboração dos verbetes, quanto na busca pela origem dos vocábulos. Isto só é possível com o levantamento de dados e hipóteses que possam direcionar o trabalho do linguista, além de levar em consideração os contextos de uso dos verbetes. A partir disso, é possível averiguar os contextos em que os vocábulos ocorrem, em diferentes períodos, e esta pode ser considerada uma maneira de se resgatar a origem das palavras, bem como seu percurso ao longo dos séculos.

Ao realizarmos um estudo que alie Onomástica e Etimologia, não raro nos defrontamos com questões desafiadoras. Uma delas é que no corolário dos trabalhos desenvolvidos em língua portuguesa encontramos pouco material que se dedique aos aspectos onomásticos tanto em terras lusitanas quanto em terras brasílicas. Assim, mesmo os dicionários tomados como referências para a consulta de itens onomásticos, como as obras de Nascentes (1952), Guérios (1981) e Machado (2003), incorrem em graves equívocos e podem reproduzir informações incorretas. Quando não, podem simplesmente estar defasados, visto que remonta há duas décadas a nossa versão mais atual sobre o assunto. Para tanto, Viaro (2014, p. 102) explica

³ No original: “[...] si trasmette lungo una linea di discendenza e ha la funzione di distinguere un individuo specificando l'appartenenza a una delle comunità minori (famiglia, o grupo familiare, clan ecc.) in cui si articola la collettività”.





que “[...] não basta abrir um dicionário etimológico e ler as propostas oferecidas pelos autores como ‘verdade acabada’. As respostas não estão prontas: os autores discordam entre si, propõem várias soluções, elegem esta ou aquela solução e, não raro, erram”.

Ao trabalharmos na elaboração do dicionário onomástico e etimológico de sobrenomes portugueses em uso no Brasil, nos preocupamos também com a organização em campos semânticos/conceituais. O motivo, como abordaremos melhor na próxima seção, vem da contribuição fornecida pela Linguística Cognitiva, segundo a qual não há item linguístico totalmente desprovido de significado. Logo, entendemos os sobrenomes enquanto itens significativos, mais ou menos transparentes, mas nunca esvaziados de sua carga semântica. Assim, ainda que em alguns casos não possamos, à primeira vista, reconhecer seus significados etimológicos de uma perspectiva sincrônica, poderemos, após realização de pesquisa documental e etimológica, retornar a esse significado que ficou encoberto com o passar dos anos. Julgamos, portanto, que a consideração dos campos semânticos na organização do nosso dicionário será não só uma contribuição a obras dessa natureza, mas também um facilitador no que tange à recuperação do aspecto histórico, social, político e cultural que envolve esses indivíduos.

Passaremos, por fim, ao terceiro pilar que norteia esta pesquisa: o Léxico e a Lexicografia. Nessa parte do texto, abordaremos também os fundamentos teóricos da Linguística Cognitiva. Será o momento, então, de nos aprofundarmos nos aspectos concernentes à pertinência deste trabalho no âmbito dos estudos linguísticos em língua portuguesa, visto que é ainda deficiente a nossa contribuição lexicográfica como um todo e, mais ainda, no que se refere à Onomástica.

Léxico, Lexicografia E A Elaboração De Um Dicionário

A título de exórdio, justificamos que empreender um trabalho de natureza lexicográfica não é um contributo apenas para a Linguística, de modo geral, mas também para outras áreas que se relacionam, direta ou indiretamente, com quaisquer aspectos que envolvam dada comunidade, uma vez que, por tratar da Onomástica, este trabalho não se resume à reconstituição e identificação de aspectos do passado e do presente lexical.

Para tanto, precisaremos, *a priori*, nos voltarmos para o que entendemos por ciência lexicográfica, a fim de alcançarmos um bom embasamento para elaborar o que virá a ser o ~~dicionário onomástico e etimológico de sobrenomes portugueses em uso no Brasil~~. Assim, para Welker (2004, p. 11), a Lexicografia “[...] designa a ‘ciência’, ‘técnica’, ‘prática’ ou



mesmo ‘arte’ de elaborar dicionários”. Béjoint (2000, p. 6, tradução nossa⁴) complementa que “[...] o objetivo principal da Lexicografia é definir palavras e termos”. Entendemos também que, ao construirmos uma obra dicionarística, precisaremos ter a clareza de que “As informações recolhidas por cada dicionário podem variar em função do propósito do dicionário, de seus usuários e destinatários ou de outros fatores [...]. Assim, os dicionários podem recolher informação sobre a etimologia, a pronúncia e a ortografia, a categoria gramatical e o número, as restrições de uso [...]” (GARRIGA ESCRIBANO, 2003, p. 105, tradução nossa⁵).

Segundo Biderman (1984a), a verdadeira lexicografia só começa nos tempos modernos (antes prevaleciam as glossas e os glossários). Em se tratando da língua portuguesa, não há uma tradição lexicográfica tão forte como verificamos em outras línguas como, por exemplo, no francês. Em termos de obras lexicográficas de natureza onomástica, essa expressividade é ainda menor, o que justifica o empreendimento de trabalhos dessa natureza, ainda mais porque “O dicionário é um instrumento cultural que remete tanto à língua como à cultura. O lexicógrafo descreve ambas — língua e cultura — como um todo pancrônico, embora se situe numa perspectiva sincrônica” (BIDERMAN, 1984b, p. 28). Nesse sentido, concordando com Farias (2007, p. 97), “[...] os dicionários são, antes de tudo, um registro da história do homem”.

No âmbito lexical, trabalharemos com o contributo teórico da Linguística Cognitiva, considerada uma abordagem que “[...] entende a linguagem como meio de conhecimento conectado à experiência e à interação humana com e no mundo” (SANTOS, 2018, p. 49). Essa teoria remonta ao final da década de 1970 e tem como princípio fundante a relação entre linguagem e cognição, cabendo ao indivíduo uma atuação indissociável no seu meio, construindo e sendo construído ao mesmo tempo e a todo o momento.

A Linguística Cognitiva apresenta, como um de seus diferenciais perante outras teorias, a consideração da Semântica enquanto um domínio inseparável dos outros domínios que compõem a linguagem — como a Morfologia, a Sintaxe, a Gramática e a Pragmática. Nessa ótica, “[...] o léxico de toda e qualquer língua precisa ser interpretado como um componente indispensável da gramática, e não apenas como um rol de itens convencionalizados, fixos e armazenados na mente do falante, possibilitando, além da

⁴ No original: “[...] the main object of lexicography is to define words and terms”.

⁵ No original: “Las informaciones recogidas por cada diccionario pueden variar en función del propósito del diccionario, de sus usuarios y destinatarios o de otros factores [...]. Así, los diccionarios pueden recoger información sobre la etimología, la pronunciación y la ortografía, la categoría gramatical y el número, las restricciones de uso [...]”.



inovação criativa, uma organização hierarquizada” (RODRIGUES, 2019, p. 44). O léxico é ainda “[...] um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Abrange todo o universo conceptual dessa língua. Qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades” (BIDERMAN, 1978, p. 139).

Por essa razão, entendemos que a conceptualização da realidade, ao considerar as experiências que são diversas por natureza, é típica para cada língua. Nesse sentido, ao elaborarmos nosso dicionário, consideraremos também a indicação dos campos semânticos que envolvem os sobrenomes analisados, por acreditarmos que esse aspecto atua como um elemento importante, ao situar o indivíduo em determinado lugar e período da história, demonstrando as influências que atravessavam o território português à época. Estando a par de tais desafios, passaremos, aqui, às nossas considerações finais que, na realidade, são apenas as primeiras considerações que apresentamos para esta pesquisa.

Considerações Finais

Como dissemos, as reflexões aqui esboçadas são ainda preliminares e se referem a um primeiro olhar a respeito dos principais temas que cerceiam este trabalho. Como primeira conclusão, relembramos que a partir do estudo do léxico antroponímico é possível desvendar aspectos concernentes à formação sócio-histórica da língua portuguesa, entendendo que os dados analisados se referem a pequenas pistas da grande pesquisa que nos propomos a realizar.

Nesse sentido, a primeira dificuldade encontrada é o fato de serem ainda exíguos os estudos dessa natureza — o que é também um motivo a mais para o empreendimento desta pesquisa. Ao nos voltarmos para os sobrenomes portugueses, ainda que referentes ao final do século XIX até os presentes dias, acabamos por retroagir a dados que podem alcançar o período medieval, momento em que se forma parte do conjunto de sobrenomes portugueses que sobreviveram até hoje no nosso quadro linguístico, tanto em terreno português quanto em terreno brasileiro. A Antroponímia atua, então, como um rico acervo de dados que percorrem aspectos não somente linguísticos, mas que englobam toda a vivência de um povo sendo, por isso, um estudo imprescindível para desvelar aspectos culturais, sociais, históricos, geográficos, antropológicos e outros mais.

Assim, finalizamos, por ora, repetindo palavras já ditas em trabalho anterior, ratificando “[...] o fato de que os sobrenomes nada mais são que bens linguísticos de valor



cultural e social, visto que, ao serem transmitidos de geração em geração, atuam de modo intrínseco à vida dos indivíduos, inserindo-os em um dado núcleo e transmitindo em si mesmos diversos elementos históricos, o que por si só justifica e encoraja a realização de novos estudos” (RODRIGUES, 2018, p. 199-200).

Referências

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; SEIDE, Márcia Sipavicius. **Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira**. São Paulo: Blucher, 2020.

BIDERMAN, Maria Tereza. A ciência da lexicografia. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 28, p. 1-26, 1984a. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/107589>. Acesso em: 28 out. 2020.

BIDERMAN, Maria Tereza. O dicionário padrão da língua. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 28, p. 27-43, 1984b. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3677>. Acesso em: 23 out. 2020.

BOOIJ, Geert. Compounding and derivation: evidence for construction morphology. In: DRESSLER, Wolfgang U. et al. (ed.). **Morphology and its demarcations**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2005. p. 109-131.

BOOIJ, Geert. Construction morphology. **Language and Linguistics Compass**, United Kingdom, v. 4, n. 7, p. 543-555, 2010. Disponível em: <https://geertbooij.files.wordpress.com/2014/02/booi-2010-construction-morphology-lg-linguistics-compass.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BOOIJ, Geert. Construction morphology and the lexicon. In: MONTERMINI, Fabio; BOYÉ, Gilles; HATHOUT, Nabil (ed.). **Selected Proceedings of the 5th Décembrettes: Morphology in Toulouse**. Somerville: Cascadilla Press, 2007. p. 34-44.

BYBEE, Joan. **Língua, uso e cognição**. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. Princípios teóricos de toponímia e antroponímia: a questão do nome próprio. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUISTICA E FILOGIA, 2007, Rio de Janeiro. **Livro dos minicursos [...]**. Rio de Janeiro: Cifefil, 2007. p. 108-121.

COELHO, Shirlene Ferreira. Breve estudo etimológico do clítico se no português brasileiro. In: DUCHOWNY, Alécia Teles (org.). **Pelas veredas da Etimologia**. São Paulo: NEHILP/FFLCH/USP, 2016. p. 11-24.

FARIAS, Emilia Maria Peixoto. Uma breve história do fazer lexicográfico. **Revista Trama**, Marechal Cândido Rondon, v. 3, n. 5, p. 89-98, 2007. Disponível em: <http://e-vesta.unioeste.br/index.php/trama/article/view/961>. Acesso em: 16 out. 2020.



GONÇALVES, Iria. Do uso do patronímico na baixa Idade Média portuguesa. **Carlos Alberto Ferreira de Almeida**: *in memoriam*. Porto, v. 1, p. 347-363, 1999. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3190.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. 3. ed. São Paulo: Ave Maria Ltda, 1981.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Horizonte: Confluência, 2003. v. 2.

MARCATO, Carla. **Nomi di persona, nomi di luogo**: introduzione all'onomastica italiana. Bologna: Il Mulino, 2009.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os nomes de família em Portugal: uma breve perspectiva histórica. **Etnográfica**, Lisboa, v. 12, p. 45-58, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1599>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO. Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br/sobre-o-mi/historia>. Acesso em: 20 nov. 2020.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952.

REZENDE, Claudia Barcellos. Nomes que (des)conectam: gravidez e parentesco no Rio de Janeiro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 587-607, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000300587. Acesso em: 19 out. 2020.

RODRIGUES, Letícia Santos. **Neologismos antroponímicos com base na utilização de formativos germânicos no Brasil**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RODRIGUES, Letícia. Sobrenomes italianos: diatopia e identidade. In: SANTOS, Elisângela Santana dos; ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues; SIMÕES NETO, Natival Almeida (org.). **Olhares sobre o léxico**: perspectivas de estudo. Salvador: EdUNEB, 2018. p. 169-201.

SACERDOTE, Irani. Antroponímia portuguesa: um breve estudo acerca dos sobrenomes no período medieval. **Revista Eletrônica Polidisciplinar Vãos**, Guarapuava, v. 4, p. 31-40, 2012.

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva. A onomástica, o indivíduo e o grupo. **Arquipélago História**, v. 7, p. 229-242, 2003. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/389/1/Maria_Santos_p229-242.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

VASCONCELLOS, José Leite de. **Antroponímia portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

VIAIRO, Mário Eduardo. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2014.